



Medidas do PAC do Governo Lula [Programa de Aceleração Econômica] são criticadas pelo movimento sindical

A crítica mais severa ao **PAC** se refere à aplicação de recursos do **FGTS** em obras de infra-estrutura. Os sindicalistas não concordam por entender que o risco permanece com o trabalhador.

4, 6 e 7

8

Aquecimento global está arruinando a sociedade. Entenda.

15

FENAVENPRO participa de Conferência internacional pelo desenvolvimento das categorias

3

Novo ministro do Trabalho e Emprego diz que não aceita redução de direitos dos trabalhadores

FOTO: VICTOR ANTONIO SOARES



Após uma cerimônia concorrida de transmissão de cargo, no dia 3 de abril, no auditório do Ministério do Trabalho, **Carlos Lupi** rejeitou qualquer mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e afirmou que não aceita como "historicamente" sempre fez o seu Partido, o PDT, a redução dos direitos trabalhistas.

18

Filiados da **FENAVENPRO** em Goiás e Rondônia vencem Ações Traba-

ENCARTE ESPECIAL

O primeiro de uma série de pôsteres comemorativos aos **55 anos** da **FENAVENPRO**

17

Secretário de Trabalho do Rio visita **Nova Central Sindical de Trabalhadores Regional**

FOTO: CLÁUDIO VIEIRA



O secretário estadual de Trabalho e Renda do Estado do Rio de Janeiro, **Alcebiades Sabino**, visitou a Sede da **NCST-RJ**, centro, no dia 27 de março, para expor seus planos de trabalho à frente da Secretaria. Ele garantiu aos sindicalistas que as portas de seu gabinete estarão sempre abertas para receber os trabalhadores.

Reformar para melhorar jamais para retroceder

DE TEMPOS EM tempos, percebemos a agitação na imprensa questionando os direitos trabalhistas, a Justiça do Trabalho e, conseqüentemente, o sistema sindical vigente. Relembrem, com a intenção de ressuscitá-la, a absurda Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Aí, aparecem os luminares de sempre, com suas luzidias estatísticas. O Brasil seria o campeão de reclamações trabalhistas, já que milhares delas ocorrem por ano, quando em outros países este número seria pequeno. Este é o principal argumento. Os fóruns em outros países seriam mais extrajudiciais, daí a rapidez na solução de pendências e poucos ajuizamentos.

Conseqüentemente, vêm os “companheiros” das Centrais ávidos por regularizar sua atividade como sindical (já que não o são), e aproveitam para defender a **Reforma Sindical** como panacéia para este e outros males: “A Reforma daria um sindicalismo forte, barato e aliviaria a Justiça!” Trata-se de uma falácia...

A **Reforma Sindical** pretendida tornaria bem mais caro o sindicalismo, enfraqueceria os Sindicatos e, portanto, não teria nenhum tipo de influência para dinamizar litígios trabalhistas ou para melhorar direitos trabalhistas. Ao contrário, dará azo à perda destes direitos, disfarçados em diversos títulos como “flexibilização”, “adaptação ao mundo moderno” e outras “enganações”.

É claro, que sempre existe a possibilidade de retocar, melhorar e adaptar o que já funciona. No entanto, acreditamos não ser o caso da **Reforma Sindical** tão sonhada pelo Governo Lula. Nela se pretende mudar absolutamente tudo. Acreditamos apenas que seja para dar poder a quem hoje não tem e não para melhorar a situação do trabalhador.

Empregador X Empregado

Vale lembrar que já se criou, contra os interesses dos empregados, as Comissões de Conciliação Prévia, para este fim, e nada mudou. Ou seja: mesmo sujeitando o empregado aos interesses dos empregadores, ainda assim, espontaneamente eles não têm o interesse em quitar débitos. Portanto, as CCPs foram a prova de que a ineficiência não é do sistema e, sim, das pessoas que não permitem que o mesmo funcione. Não se enganem os leitores. Há milhares de ações as quais o empresário, exceto honrosas exceções, não cumpre a lei trabalhista.

E como os atores são os mesmos – empregados, em-

pregadores, entidades sindicais, juízes, advogados, – é obvio que tudo continuará exatamente igual após a pretendida **Reforma Sindical**, com uma modificação: o poder sindical passa às Centrais e os trabalhadores pagam mais por sua representação sindical, com menos segurança para recebimento de seus haveres, pois não terão a força do Poder Judiciário a seu lado.

De fato, fica inviável, via Sindicato, sem o poder de exigir dos patrões análise de documentos, livros e dossiês dos empregados, fazer quitações gerais, sem lesão ao direito do empregado. E sem o poder da **Justiça do Trabalho** para executar os faltosos, impossível dinamização nos pleitos.

Portanto, não será com a **Reforma Sindical** cobiçada – aliás, inconstitucional, por isso tirada de pauta – que irá tornar mais efetivos os direitos dos trabalhadores.

Convenção 87 da OIT X unicidade sindical

Além disso, brande-se a **Convenção 87 da OIT**, pela pluralidade sindical, como se isto fortalecesse os Sindicatos. Ao contrário... Sindicatos múltiplos, defendidos pela **Convenção**, ensejam entidades fracas e sujeitas a serem constituídas por patrões ou com plenos poderes para neles intervirem. Portanto, também esta **Reforma Sindical** defendida por alguns juristas não é hábil a tornar os direitos trabalhistas mais efetivos. Ao contrário...

Assim, temos a convicção de que o nosso sistema de unicidade, com homologações nas rescisões e litígios

por eventuais diferenças, em Justiça Especializada apenas para este fim, seja o mais justo e o mais avançado do mundo. Caso não haja pagamento, a Justiça tem o Poder de executar os bens, coisa que o Sindicato não poderá fazer.

Verdadeira Reforma Sindical

Na opinião da **FENAVENPRO** a verdadeira **Reforma Sindical** é aquela que aumenta o poder dos Sindicatos via garantia da unicidade e melhoria no sistema de representação; reforça o Poder Normativo da Justiça do Trabalho; dinamiza o processo trabalhista, retirando dele o governo (INSS e Imposto de Renda) e, por fim, a contra-reforma, com a retirada dos entulhos que aduziram nas suas costas, atravancando ainda mais a sua eficiência.

Justiça do Trabalho: moderna e dinâmica

Na execução, deve-se seguir na trilha já iniciada de apreensão de numerário etc., isto tudo com maior implementação de novas Varas, com mais verbas para modernizar e dinamizar **Justiça do Trabalho** tornando-a mais *on-line*, melhor treinamento de funcionários e contratação dos necessários.

Jamais a persistência de Reformas que já provaram serem piores para a Justiça! Jamais o retorno da Reforma Sindical sepultada que nada mudará a favor do empregado!



expediente | **Jornal da FENAVENPRO** | Informativo bimestral produzido pela Assessoria de Comunicação Social da FENAVENPRO

Rua Álvaro Alvim, 21/4ª - Cinelândia | CEP 20031-010, RJ/RJ | Tel.: [21] 3380-3666 | Fax: [21] 2262-0401 | www.fenavenpro.org.br | E-mail: fenavenpro@openlink.com.br

Tiragem: 5.000 exemplares | Distribuição gratuita aos 27 Filiados; entidades sindicais; autoridades; órgãos governamentais federais, estaduais e municipais e empresas de comunicação.

Diretoria Executiva | Edson Ribeiro Pinto (SP); Carlos Simoni Giacoboni (RS); Ayrton Rodrigues de Almeida (RJ); Luiz Fernando Nunes (RJ); Olímpio Coutinho Filho (RJ); Reginaldo Allemann Damião (ES); Augusto Garcia (PR); Nataniel Vaz Costa (SE); Milton Zschaber de Araújo (MG). **Conselho Fiscal** | José Guimarães Alves (RJ); Álvaro Nascimento Filho (PA); José da Silva Cordeiro (SC).

Jornal da FENAVENPRO | **Dir. Responsável:** Edson Ribeiro Pinto, **Editora:** Tania Maria de Oliveira : Registro RJ19198JP; **Fotos:** Tania Maria/arquivo; **Digitação:** Elizabeth Mourão; **Revisão:** Paulo Pimentel; **Projeto Gráfico:** Tathiana Marceli/ *Edit Impress* [21] 3507-5400; **Impressão:** SR Gráfica e Editora;

O **Jornal da FENAVENPRO** não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas

Leia esta edição e anteriores em www.editimpress.com.br, no link **Jornal da FENAVENPRO**

Ministro do Trabalho não aceita mexer em direitos trabalhistas

O **PRESIDENTE NACIONAL** do **PDT**, **Carlos Roberto Lupi**, 50, é o novo ministro do Trabalho e Emprego e a escolha de Lula teve apoio de 60% da bancada pedetista. Com a reviravolta na reforma ministerial, o ex-ministro do Trabalho, Luiz Marinho, fica na Previdência Social, pasta que inicialmente seria ocupada pelo PDT.



"Vou defender os direitos trabalhistas e combater as terceirizações", afirmou **Lupi** no debate promovido pela **Nova Central Sindical de Trabalhadores-RJ**, em 29/06/06, com candidatos ao Governo e Senado pelo Rio.

Lupi em seu discurso de posse reafirmou oposição a Reforma Trabalhista que mexa com pontos como o 13º salário, as férias remuneradas e a indenização por demissão sem justa causa: "Não tem como sair Reforma trabalhista ou Sindical sem consenso entre trabalhadores". Segundo o ministro, Lula lhe pediu, como prioridades, a recuperação do programa Primeiro Emprego e o combate ao trabalho escravo, propostas que prometeu apoiar.

Ao receber o cargo de Luiz Marinho – que foi para Previdência - no dia 4 de abril, **Lupi** afirmou esperar que o seu partido, o PDT, não atrapalhe o governo de coalizão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O pedetista, mais uma vez, rejeitou mudanças na CLT e destacou: "Não aceito a redução dos direitos dos trabalhadores". O ministro indagou: "Por que a discussão tem que ser sempre para retirar direitos trabalhistas?".

Lupi é casado, pai de três filhos, professor e formado em Administração. Ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro, com a morte de **Leonel Brizola**, assumiu automaticamente a presidência nacional do PDT e a direção do PDT no Rio. Sua trajetória política ainda inclui a de secretário de Transportes do Rio e secretário de Governo do Estado.

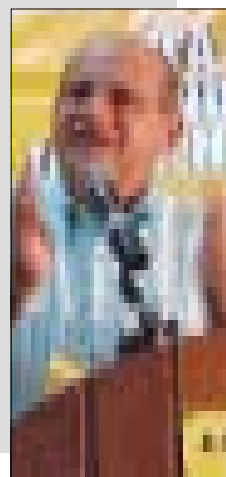


Bandeira otimista com nomeação de Lupi

O presidente do movimento sindical nacional do PDT e diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores, **Fernando Bandeira**, está otimista e animado com a nomeação de **Carlos Lupi** para o Ministério do Trabalho: "Acho que é uma grande oportunidade para o PDT assegurar os direitos trabalhistas e manter a estrutura sindical construída ao longo de mais de 60 anos por Getúlio Vargas, apoiado pelos trabalhistas, em especial Leonel Brizola e João Goulart".

Bandeira disse ainda que com o apoio do Partido, da NCST e do sistema confederativo será mais fácil **Lupi** combater o desemprego, o mercado informal e as terceirizações e fortalecer a fiscalização na assinatura da Carteira Profissional do trabalhador.

O sindicalista frisou que se o Governo insistir na flexibilização dos direitos trabalhistas e **Lupi** não combater a idéia, sem dúvida, que os dois perderão o apoio do PDT, que integra o Governo de coalizão, e do movimento sindical: "Não vamos concordar que a história do Partido seja manchada por uma indicação política", finalizou.



"CLT terá de se adequar à nova Lei de virtualização"

A **AFIRMAÇÃO** É do presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Segundo o ministro **Ronaldo Lopes Leal** a **Lei nº 11.419/06** aperfeiçoou as regras sobre a informatização do processo judicial e terá de ser interpretada analogicamente para que seja aplicada ao processo do trabalho, já que não tratou especificamente da legislação trabalhista.

Sancionada em dezembro pelo presidente Lula, a Lei entrará em vigor no próximo dia 20 de março. **Leal** reconheceu que a Lei é boa, mas é omissa em relação ao processo judicial trabalhista: "A nova legislação estabeleceu normas genéricas sobre a informatização do processo judicial, sem, contudo, adequar normas antiquadas da CLT". O presidente do TST afirmou que os recursos virtuais serão julgados assim que chegarem ao Tribunal.

Fonte: TST e Diap



Proposta que diminui jornada de trabalho tramita no Senado

O **SENADO FEDERAL** trabalha por meio de sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a **Proposta de Emenda Constitucional nº 75/03**, a qual reduz a jornada de trabalho para **40 horas** semanais. A norma prevê, ainda, uma segunda redução para 36 horas semanais, sempre no período de um ou dois anos após a aprovação da Emenda. A perspectiva é de que a **PEC** seja votada esse ano.

Desde 1988, a jornada de trabalho no Brasil é fixada pela Constituição Federal tendo a carga horária de **44 horas** semanais, o que equivale ao trabalho de **um**



Congresso tem 60 sindicalistas

A **53ª LEGISLATURA** do Congresso Nacional, conta com **60** sindicalistas. Segundo o Diap, a bancada sindical caiu de 74 para 60. São **55 deputados** e **5 senadores**. São exemplos emblemáticos da derrota eleitoral, os deputados Magrão (PPS-SP); Medeiros (PL-SP); Luciano Zica (PT-SP); Dra. Clair (PT-PR); Maninha (PSOL-DF) e Sérgio Miranda (PC do B-MG), além da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força Sindical, metalúrgico, surge como a grande novidade. Foi eleito deputado pelo PDT-SP.



PAC do Governo Lula é ruim para os servidores públicos e para o FGTS

O **PROGRAMA DE Aceleração do Crescimento**, um conjunto de medidas voltadas para o destravamento da economia, é meritório porque cria as condições para retirar o Brasil da situação vexatória na qual que se encontra em matéria de crescimento econômico, mas comete equívocos que precisam ser corrigidos, especialmente em relação ao **FGTS** e aos limites impostos ao crescimento da folha de salários da administração pública.

A aplicação do **FGTS** nos investimentos do **PAC**, logo após a experiência bem-sucedida da compra de ações da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, é muito preocupante, porque deixa o trabalhador tentado a investir seus recursos numa aplicação que não tem nenhuma garantia de retorno efetivo. Além desse aspecto, a Medida Provisória que autoriza essa operação possui três problemas: I) é inconstitucional quanto a forma porque a proposta não é urgente nem relevante; II) é antidemocrática quanto ao método porque foi editada sem qualquer debate com a representação dos trabalhadores, e III) é temerária do ponto de vista social porque não apresenta garantias quanto a eventuais perdas. Portanto, em relação ao **FGTS**, há a necessidade de alteração no texto, de modo que sejam dadas garantias de que, em nenhuma hipótese, os trabalhadores que optarem por aplicar seus recursos do **FGTS** nos investimentos previstos no **PAC** terão perda, sendo assegurada pelo menos a mesma remuneração do próprio fundo.

Quanto aos **servidores públicos**, o principal aspecto do **PAC** diz respeito à alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para impor novas restrições à expansão da despesa com pessoal da administração pública federal nos próximos dez anos (2007 a 2016), limitando a um teto de 1,5% o crescimento real anual da folha de pagamento da União, tendo como parâmetro o valor líquido do ano anterior, que será corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O Projeto de Lei Complementar 1/2007, que promove a modificação na Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que os novos limites à despesa com pessoal na Administração Pública, nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e no Ministério Público da União, alcancem as despesas totais com pessoal, incluindo os membros de poderes e servidores civis e militares ativos, aposentados e pensionistas e seus respectivos encargos.

O Projeto não trata propriamente de limite da despesa com pessoal – esse limite já existe – mas da expansão dessa despesa. A expansão da despesa é influenciada pela remuneração, mas também pela quantidade de servidores em atividade, o

“As duas proposições constituem ameaça não apenas aos trabalhadores e servidores públicos, mas à própria população”

que dificulta a reposição de quadros em decorrência de morte, aposentadoria ou de demandas da sociedade, tanto na área de fiscalização (trabalhista, tributária, previdenciária e sanitária) e regulação por força do crescimento dos negócios, quanto do atendimento direto à população, notadamente nos setores de educação, saúde, segurança e justiça.

O poder ou órgão que exceder aos novos limites, seja com reestruturação, contratação de novos servidores ou mesmo com a nova despesa a ser criada com a adoção da previdência complementar do servidor, conforme prevista no **PAC**,

ficará impedido, segundo Flávio Tonelli: a) de criar cargos, empregos ou funções, b) de alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa; c) de fazer o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas apenas as áreas de educação, saúde e segurança; d) de conceder vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo sentença judicial ou revisão geral; e e) de contratar hora extra.



As restrições às despesas com pessoal da administração pública dependem da aprovação de um Projeto de Lei Complementar (PLP 1/2007), que exige quorum qualificado de maioria absoluta (247 votos na Câmara e 41 no Senado). Já a medida provisória que permite a aplicação do **FGTS** tem vigência imediata, só perdendo a eficácia se for rejeitada ou não houver deliberação nos 120 dias seguintes a sua edição. A votação de MP se dá por maioria simples, ou seja, pode ser aprovada por metade mais um dos presentes, desde que esteja presente a maioria absoluta.

As duas proposições constituem ameaça não apenas aos trabalhadores e servidores públicos, mas à própria população, que poderá ficar privada do atendimento em setores vitais por força de restrições de natureza fiscal. Há, portanto, a necessidade de mudanças que, sem prejudicar os assalariados nem a população, criem as condições para a retomada do crescimento econômico, com geração de empregos e distribuição de renda.

“O PAC comete equívocos que precisam ser corrigidos”

Projeto Super Receita

FENAVENPRO espera veto presidencial a Emenda nº 3

A **FENAVENPRO** e seus 27 Filiados argumentaram que a **Emenda nº 3** fragiliza as relações de trabalho no País e se for transformada em Lei, os fiscais perderão o direito de exercer uma de suas atividades principais.

Na opinião dos diretores da entidade, “essa **Emenda burla a legislação trabalhista e tributária e tira direitos dos trabalhadores, na medida em que podem ser criadas empresas individuais**”. Eles lamentaram que além da prática reduzir a arrecadação previdenciária e depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) as empresas vão terceirizar até faxineiros.

Os sindicalistas salientaram que várias entidades estão contribuindo para que a **Emenda 3** seja vetada e já recomendou aos Filiados que entrem nessa luta.

O que é a Emenda nº 3

O **Projeto de Lei nº 6.272/05**, que cria a **Super-Receita**, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 13 de fevereiro e prevê a fusão das Secretarias da Receita Federal e Receita Previdenciária.

Além de várias alegações de inconstitucionalidade deste Projeto, especialmente através da OAB, a **Emenda nº 3** de autoria do ex-senador, Ney Suassuna (PFL/PB), põe em risco os direitos trabalhistas, pela ameaça de suspensão da eficácia de todas as normas trabalhistas de proteção ao empregado. Além disso, a Emenda vai produzir perdas financeiras para o Estado, já que o vínculo empregatício “é fato gerador para a incidência de tributos, em especial aqueles relacionados à Previdência Social e ao FGTS”, recursos indispensáveis para atender a população e financiar obras de infra-estrutura, saneamento e habitação popular.

Uma vez que retira toda proteção legal do trabalho, a **Emenda nº 3** vai dificultar o combate ao trabalho escravo. Assim, a preocupação com a mesma, incorporada ao texto final da lei já aprovada, é de que ela tenha decretado, no plano prático, a suspensão da eficácia de todas as normas trabalhistas de proteção ao empregado.

Centrais aguardam acordo para Emenda nº 3

FOTO: VALTER CAMPANATO/ABR



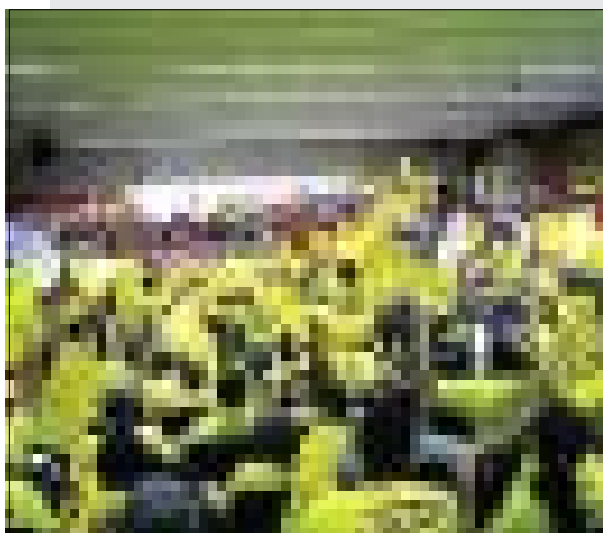
CENTRAIS SINDICAIS QUE se reuniram com ministro da Fazenda, Guido Mantega, fecharam um acordo preliminar para negociação de um Projeto alternativo à **Emenda nº 3**, vetada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Pelo acordo, o governo “como gesto de boa vontade” vai “tirar o pé do acelerador” de fiscalizar e multar as empresas prestadoras de serviço.

Mantega também se comprometeu a pedir ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, para que não ponha em votação o veto do presidente. Nesse período, serão formados dois grupos de trabalho para as negociações.

Conforme o presidente da **NCST**, **José Calixto Ramos**, além da negociações serão realizadas mobilizações para mostrar a rejeição dos trabalhadores.
Fonte: www.ncst.org.br

Nota da redação: Até o fechamento desta edição o presidente Lula havia pedido ao senador Renan Calheiros que adiasse ao

NÃO à Emenda nº 3!



As Centrais realizaram em Brasília, no Auditório Nereu Ramos, no dia 27/03, uma grande plenária para pedir apoio à manutenção do veto à **Emenda nº 3**. O presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, disse que é inadmissível a proposta atual e assegurou: “Vou trabalhar no sentido de se constituir uma ampla mesa de negociação para buscar uma alternativa para a Emenda”.

Projeto da contribuição assistencial vai à votação no Plenário do

16/03/2007

UM RECURSO DE autoria do senador **Adelmir Santana** (PFL-DF) que o interpôs atendendo solicitação da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e referendado por mais 12 senadores de oposição, impediu que o **Projeto de Lei nº 248/06**, de autoria do senador **Paulo Paim** (PT-RS), “que regulamenta o desconto da contribuição assistencial destinada ao financiamento das negociações coletivas das entidades sindicais” fosse encaminhado diretamente à Câmara sem passar pelo Plenário da Casa de origem.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado já tinha aprovado a matéria, em caráter terminativo, no último dia 14 de fevereiro. Na opinião dos sindicalistas “a intenção do mencionado Recurso é inviabilizar a tramitação e aprovação do PLS 248/06”.

Até o fechamento desta edição, estava aberto o prazo regimental para apresentação de emendas à Mesa Diretora do Senado.

Tramitação do Projeto no Senado

30/11/06

Audiência Pública lotou Comissão no Senado

Apesar do feriado distrital do Dia do Evangélico, comemorado em Brasília, cerca de 200 dirigentes sindicais de todo o País participaram da Audiência Pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais, para debater o PLS 248/06.



O senador entre representantes do Ministério Público do Trabalho apresentou o PLS para atender a reivindicação do movimento sindical. **Paim** argumentou: “O objetivo do nosso Projeto é acabar com os conflitos existentes, inclusive judiciais”, afirmou o parlamentar.

6/12/2006

Falta de quorum adia votação do Projeto



248/06 fosse votado na Comissão de Assuntos Sociais. Antes da leitura do parecer, o senador **Flexa Ribeiro** (PSDB-PA), que até então não havia se manifestado sobre o assunto, sugeriu aprofundar a discussão por pelo menos mais uma sessão do colegiado.

Depois do consenso alcançado em Audiência Pública, era grande a expectativa do movimento sindical de que o PLS

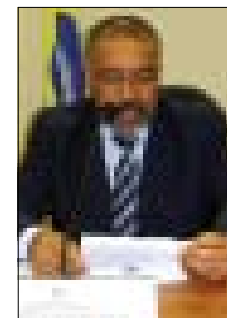


Durante a intervenção do senador paraense, o plenário da CAS esvaziou e não houve condições de apreciar a matéria. A reunião foi encerrada. **Paim** ficou surpreso com a reação de **Ribeiro**: “Falei praticamente com todos os senadores e não me deparei com nenhuma resistência à matéria”, ratificou o autor do Projeto.

14/02/07

Comissão do Senado aprova contribuição assistencial

A matéria votada e aprovada na CAS contou com o apoio do relator **Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB-AC) e dos demais senadores presentes à sessão presidida pela senadora **Patrícia**



De acordo com **Paim**, as entidades enfrentam o que chamou de verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo fixadas em Assembléia da categoria ou convenção coletiva, o que considera um absurdo: “Tal comportamento representa um total desrespeito ao princípio da autonomia e da liberdade sindical”, desabafou.

Desconto de 1%

O **PLS ACRESCENTA** dispositivo à CLT que determina que o desconto da contribuição seja compulsório e não pode ultrapassar o percentual de **1%** da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade. O percentual da contribuição e a forma de rateio serão fixados por Assembléia Geral dos trabalhadores.

Movimento sindical comemora em vão a vitória

A **PRESENÇA DE** representantes dos trabalhadores na CAS durante a votação do Projeto foi decisiva para assegurar a sua aprovação, mas o Recurso do senador



Debate sobre PAC com técnicas do DIEESE



Mediadores: Jaime Aguiar (CNTTT); Luiz Edmundo Quintanilha (FENAVENPRO); Omar José Gomes (CNTTT); Calixto (CNTI); Moacyr Roberto Tesch (CONTRATUH); Roosevelt Dagoberto (CONTRATUH / GO e TO); Luiz Lopes (FTI /GO, TO e DF).



As técnicas do DIEESE afirmaram: "Algumas medidas do Programa vão precisar de análise bem mais profunda, para evitar que os recursos sejam mais uma vez desperdiçados".



"Não podemos nos impressionar com as previsões otimistas do Governo em relação ao PAC. Temos que cobrar um Plano que atenda, principalmente os anseios do trabalhador" desabafou Calixto.



O evento contou com 60 lideranças sindicais representantes de diversas categorias de trabalhadores.

PARA MELHOR COMPREENSÃO das medidas contidas no **PAC - Programa de Aceleração do Crescimento**, lançado em 22 de janeiro de 2007, pelo Governo federal, e discutir os seus principais aspectos, a **NCST** promoveu um encontro em Goiás no auditório da ESUEGO - Entidades Sindicais Unidas do Estado de Goiás, centro de Goiânia, com técnicas da Subseção do **DIEESE** na CNTI.

O **Programa**, que visa acelerar o crescimento econômico do país e aumentar o emprego no período 2007 / 2010, é composto de 37 medidas de curto, médio e longo prazo, dividido em cinco blocos: investimentos em infra-estrutura; estímulo ao crédito e ao financiamento; melhora do ambiente de investimentos; desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo.

As palestrantes **Alessandra Cadamuro** e **Lílian Arruda Marques** apontaram algumas características gerais do **PAC**: "As medidas priorizam determinados segmentos produtivos como construção civil e retoma o papel do Estado como indutor do crescimento".

As técnicas do **DIEESE** afirmaram que há muitos anos não se via um Plano tão bem estruturado e bem intencionado, mas admitiram "defeitos e qualidades". Elas lembraram: "Até agora as MPs já receberam **719 Emendas** dos parlamentares pedindo alteração no **PAC** e trancando a pauta da Câmara dos Deputados e do Senado", destacaram.

Questões relativas aos trabalhadores

No **PAC** há um conjunto de medidas que terão impactos mais diretos sobre os trabalhadores tais como salário mínimo, **FGTS**, Previdência Social e a remuneração dos servidores públicos federais.

O uso do patrimônio líquido do **FGTS** para financiamento de obras de infra-estrutura e proposta da criação do **Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, baseada na aplicação de parte dos recursos do **FGTS** (10%) são questões que causaram uma série de críticas, preocupações e contestações entre as entidades representativas dos trabalhadores que irão tentar promover mudanças na MP que cria o **Fundo**.

Reivindicações dos trabalhadores

Os trabalhadores reivindicam que sejam estabelecidos limites de aplicação dos recursos em cada empreendimento e definidos limites de riscos nas aplicações; que haja garantias do tesouro em caso de perdas dos recursos do **FGTS** nos investimentos em infra-estrutura, e que seja garantida a participação dos trabalhadores na Comissão de Administração do **FI-FGTS**.

Para as economistas é fundamental que o movimento sindical pressione o Governo e aponte as suas insatisfações e seus anseios. **Alessandra** e **Lílian** assinalaram a disposição da **NCST** em aperfeiçoar algumas medidas propostas: "Este debate promovido pela Nova Central é um exemplo de democratização e vontade de acertar", complementaram.

Na opinião do presidente da **NCST**, **José Calixto**, para os trabalhadores impõe-se à perspectiva de um debate que transforme o **PAC** em um programa de desenvolvimento sustentável e mais: "Além, do Programa contemplar a inclusão social pela expansão do emprego, também seja capaz de promover a distribuição de renda e de mudar a face do país que aprofundou dramaticamente a desigualdade social sob a égide neoliberal", lamentou o sindicalista.

NCST participa de Fórum da Previdência Social

O **GOVERNO LANÇOU** o **Fórum Nacional da Previdência Social** criado no âmbito do **Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)**, com a missão de encontrar soluções para seu futuro no Brasil e abrir caminhos para sustentar os regimes previdenciários a partir do ano de 2020, especialmente, o Regime Geral da Previdência Social, que diz respeito ao setor privado.

O **FNPS** será composto por sete representantes do Governo federal, incluindo, além dos Ministérios envolvidos mais diretamente com a questão previdenciária, o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; nove representantes dos trabalhadores e aposentados indicados por sete Centrais sindicais, entre elas a **NCST** e cinco representantes do patronato, indicados pelas Confederações Nacionais do setor empresarial.

Pelo prazo estabelecido no **Decreto 6019/07**, que institui o **FNPS**, em seis meses o grupo deve concluir os trabalhos.

NCST não aceita aplicação de recursos do FGTS

"Sem garantias para o trabalhador nos investimentos não há negociação"

A **AFIRMAÇÃO É** de **José Calixto Ramos**, presidente da **Nova Central Sindical de Trabalhadores**. O Governo e Centrais sindicais não chegaram a um acordo sobre a proposta de garantia da rentabilidade das aplicações de recursos do **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)** no Fundo de Investimento em Infra-Estrutura, previsto pelo **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**.

Nesta questão, a posição da **Nova Central Sindical de Trabalhadores** é de que seja fixada a rentabilidade mínima do investimento, ou seja, a Taxa Referencial (TR), mais juros de 3%. Por outro lado o governo alega que a legislação não permite essa regra: "A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não permite que sejam fixadas garantias em contratos de fundos de investimentos", alegou o então ministro do Trabalho e Emprego, **Luiz Marinho**, em reunião no último dia 12 de março, em Brasília, com representantes da **NCST** e de outras seis Centrais. Em contra partida **Calixto** garantiu: "Para assegurar garantias aos investimentos as Centrais vão negociar diretamente com a CVM e com o Congresso Nacional".



O PAC - Programa de Aceleração do Crescimento na visão de Pochmann

A **NOVA CENTRAL** Sindical de Trabalhadores convidou o professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, **Márcio Pochmann**, para debater com dirigentes sindicais de diversos Estados do país, as medidas econômicas propostas pelo **PAC - Programa de Aceleração do Crescimento**.



Pochmann comentou: "As 50 obras previstas no **PAC**, envolvendo cerca de **R\$ 502 bilhões**, nada mais são que os projetos englobados no Plano Plurianual de Investimentos, existente desde 2003, que não foram implementados por falta de vontade política".



Os sindicalistas lamentaram quando **Pochmann** afirmou que no ponto de vista da dinâmica econômica na América Latina, o Brasil está na lanterna, ganhando apenas do Haiti.

O evento aconteceu em São Paulo, no dia 8 de fevereiro, na Sede do SINTSHOGASTRO/SP - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Serviços em Geral de Hospedagem, Gastronomia, Alimentação Preparada e Bebida a Varejo de São Paulo e Região, tendo como anfitrião Francisco Calazans, presidente da entidade.

Preocupado com a falta de perspectivas, sobretudo para os cerca de dois milhões de jovens brasileiros que chegam anualmente ao mercado de trabalho, **Pochmann** lamentou que vivemos uma grave crise econômica e de reprodução social, só comparável com a vivida a partir de 1840, período entre os ciclos do ouro e do café.

Segundo o economista "quase 60% do superávit fiscal são feitos com receitas da área social e o **PAC** eternizou a Desvinculação das Receitas da União (DRU) que legitima esse tipo de política". **Pochmann** indagou: "Por que não pode haver metas também para o emprego? O **PAC** não pode ser meramente economicista", opinou.

Para o professor o **PAC** é complexo porque contem mais de mil operações e fraco para deter o quadro de estagnação no qual o Brasil está mergulhado: "É difícil implementá-lo porque duas décadas de neoliberalismo fizeram com que o Estado brasileiro perdesse a capacidade de gerenciamento", disse, ressaltando, porém, que o **Programa** cria para a sociedade brasileira a oportunidade de entender a diferença entre crescimento e efetivo desenvolvimento econômico.

Renda em queda, desemprego em alta

Segundo **Pochmann** em 1980, a renda per capita no Brasil equivalia a um terço da dos Estados Unidos. Hoje, ela representa menos de 19%: "Naquele ano, o desemprego no Brasil era o 13º maior do mundo, hoje ocupamos a 4ª colocação, segundo o próprio IBGE. Se considerarmos o subemprego, a taxa chega a 27% da População Economicamente Ativa (PEA)". E, o mais grave, argumentou: "A desocupação incide, sobretudo na juventude, faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos".

Pochmann afirmou que em 1980, 12% da PEA era composta de funcionários públicos. Hoje, eles representam apenas 8% da força de trabalho e questionou: "Como o Estado vai gerenciar um Programa complexo como o **PAC**, se não dispõe de mão-de-obra para tanto?".

O economista frisou que hoje, a única convergência política que existe é para o controle da inflação: "Temos inflação baixa, mas a economia não tem vitalidade. O **PAC** é uma oportunidade que deve ser mais bem aproveitada. Está nas nossas mãos fazer a pressão política necessária", complementou.

Volta ao século XIX

"Sem crescimento, estamos condenados a voltar ao século XIX. E há muita gente feliz porque estamos na iminência do período conhecido como Ciclo da Cana, baseado no latifúndio, na monocultura e na superexploração da mão-de-obra", lamentou **Pochmann**. Ele afirmou que estamos diante da rápida desestruturação da sociedade brasileira e que o Rio de Janeiro e São Paulo, antes os Estados mais dinâmicos da Federação, são hoje os últimos vagões do crescimento, com desempenho abaixo do Haiti.

Já os Estados de Amazonas e Mato Grosso, diante do relato do professor, crescem em ritmo chinês (8% ao ano). Porém, aumentou a pobreza no Amazonas e no Mato Grosso, fenômeno que está acompanhado do crescimento do desemprego. Além disso, salientou "é um desempenho que não puxa outros Estados, como ocorria com Rio e São Paulo".

Para **Pochmann** pode realmente faltar coragem ao presidente Lula, mas os interesses dominantes são extremamente fortes e as barreiras enormes: "Sem base política não se faz transformações - é isso que está fazendo mais falta ao Brasil" e exemplificou: "Aqui, 20 mil famílias vivem muito bem, em detrimento de 5,6 milhões. A questão é de ordem política". Ele finalizou dizendo que temos dificuldade de construir convergência dentro da democracia e que o social não avançará se não for mudada a base econômica.

Colaborou Maria Helena Santos (NCST-RJ) www.ncstrj.com.br

Aquecimento Global

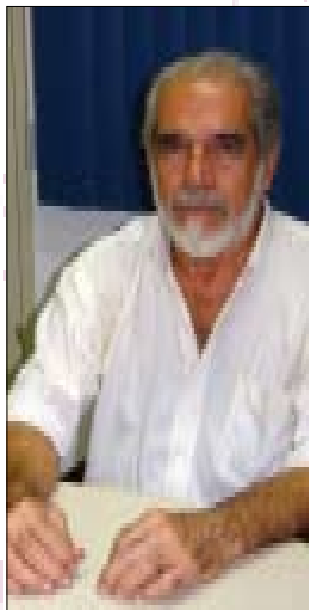
A **QUESTÃO DO aquecimento global** - suas origens e conseqüências - é o tema mais discutido atualmente no mundo e o **efeito-estufa** é uma das expressões em destaque nos debates. Mas, o que significam **aquecimento global** e **efeito-estufa**? O analista ambiental, biólogo e professor, **Jair Rosa Duarte**, responde na matéria exclusiva para o **Jornal da FENAVENPRO**. Confira:

A nave espacial "Apollo 8", na véspera do Natal de 1968, realizou extraordinárias fotos do planeta Terra suspenso no espaço. Essas imagens permitiram que entendêssemos melhor a biosfera e seus limites e a importância das mudanças climáticas. Não existe uma causa única para o **aquecimento global**, mas a determinante maior é o **efeito-estufa** - crescente aumento da concentração de gases, que não se dissipa e superaquece o ambiente.

Efeito-estufa: causas e conseqüências

A energia do calor solar tem cerca de 70% absorvida pela Terra, os restantes 30% são refletidos de volta para a atmosfera, mas não retornam totalmente para o espaço sideral. O calor é bloqueado por gases que estão na atmosfera: carbônico, metano, óxido nitroso e vapor d'água. A atmosfera fica mais aquecida que o espaço sideral e funciona como uma estufa para vegetais, daí a denominação **efeito-estufa**.

REPRODUÇÃO JORNAL O GLOBO: 03.02.2007



O gás carbônico é um dos subprodutos da combustão de matéria orgânica, inclusive a respiração de animais. A utilização de combustíveis fósseis para produção de energia é a maior responsável da liberação dessa substância na atmosfera; o metano resulta da decomposição de matéria orgânica, como ocorre nos aterros sanitários e nos vazadouros de lixo. Outra fonte do metano é a ação de micróbios, que se desenvolvem sem oxigênio e a digestão microbiana anaeróbia realizada pelo gado e por bilhões de cupins que colonizam o planeta. O óxido nitroso tem grande parte de sua origem dos fertilizantes nitrogenados empregados em larga escala nas atividades agrícolas. O vapor d'água vem dos processos de evaporação dos corpos líquidos e da transpiração de vegetais e animais.

Os cientistas monitoram há longo tempo o aumento da concentração desses gases na atmosfera, com maior ênfase no gás carbônico. O painel intergovernamental de especialistas sobre mudanças climáticas - IPCC, na sigla em inglês, vem apresentando relatórios periódicos e em seu terceiro, em 2001, destacou que *"existem novas e contundentes provas científicas de que a maior parte do aquecimento global observado nos últimos cinquenta anos é originada das atividades humanas"*.

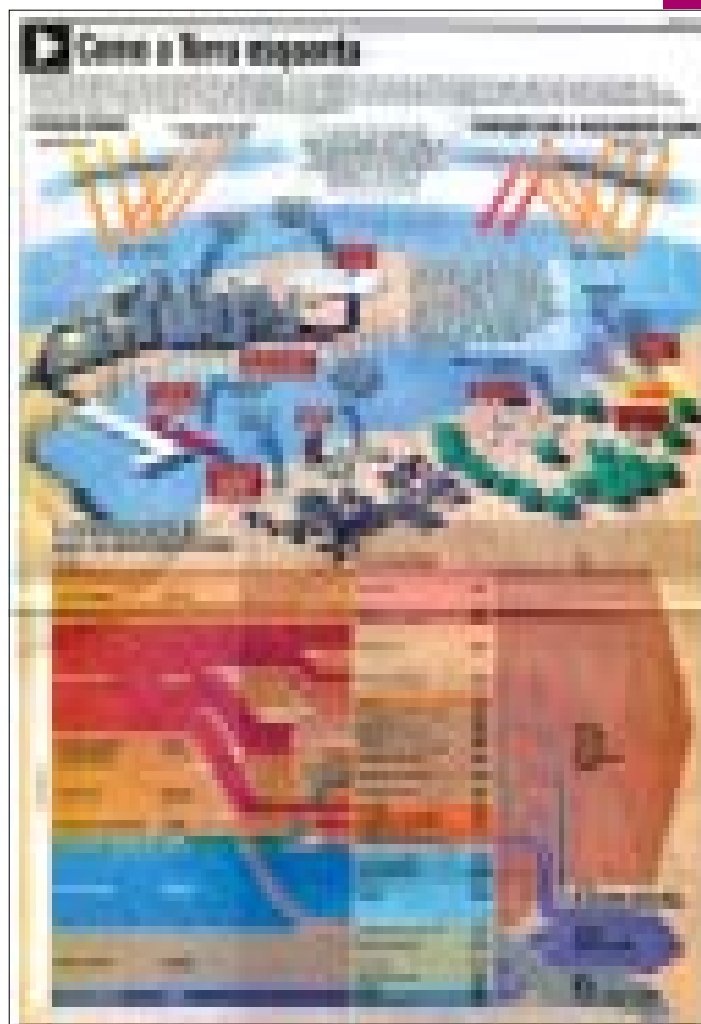
Mudanças climáticas: influência, efeitos e alterações

A influência das mudanças climáticas em escala global sobre a saúde humana poderia ser benéfica em algumas situações, entre elas invernos menos rigorosos nas regiões de clima temperado ou a redução da proliferação de mosquitos vetores de doenças, em regiões anteriormente quentes. Em contrapartida, o aumento da temperatura em regiões anteriormente temperadas, e o degelo, possibilitarão a ampliação da área de ocorrência de vetores, principalmente mosquitos, causando importantes doenças humanas como a malária.

Entre os possíveis efeitos das mudanças climáticas ocasionadas pelo **aquecimento global** destacam-se as maiores ocorrências de períodos de temperaturas extremamente altas e menor freqüência de temperaturas extremamente baixas, o aumento de fenômenos meteorológicos como temporais, furacões, tornados e secas, modificações na composição biológica de ecossistemas e subida do nível de mares e oceanos. A Organização Mundial da Saúde, em seu informe 2002 sobre a saúde no mundo, considerou que as mudanças climáticas foram responsáveis por cerca de 2,4% dos casos de disenterias e de 6% dos casos de malária.

É provável que as primeiras alterações detectáveis da saúde humana consistirão de variações nos limites geográficos, latitude e longitude, e na sazonalidade de determinadas doenças infecciosas, principalmente das transmitidas por vetores (como malária e dengue) e por alimentos (salmoneloses), cuja freqüência é maior nos meses mais quentes. É muito provável que as mudanças climáticas das últimas décadas já tenham influenciado em alguns eventos de saúde pública. O painel intergovernamental sobre o assunto prevê que o esforço para que a temperatura não suba mais de dois graus teria um custo de apenas 0,6% do PIB mundial previsto para 2030.

O documento final do relatório do 3º Grupo de Trabalho do IPCC afirma: *"Há um grande potencial econômico para limitar as emissões de gases do efeito-estufa em todos os setores, nas próximas décadas, e até mesmo para reduzi-las abaixo dos níveis atuais"*.



Concluindo apelamos para a sabedoria de um provérbio chinês:

"Se você está pensando na situação daqui a um ano, plante arroz, se você está pensando na situação daqui a uma década, plante árvores, mas, se você está pensando na situação daqui a um século, eduque as pessoas".

Fórum Sindical dos Trabalhadores

Frente Nacional em Defesa da Aposentadoria e dos Direitos Sociais, Sindicais e Trabalhistas



O coordenador do FST, **José Carlos Schulte**, considerou o Encontro vitorioso: “Foi uma reação positiva do movimento sindical aos ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo pelo atual Governo, através de suas propostas de Reformas retirando direitos trabalhistas conquistados com anos de luta”.

DANDO CONTINUIDADE À luta contra as Reformas neoliberais do Governo, o **Fórum Sindical dos Trabalhadores**, juntamente com outras entidades do movimento Social e Popular de diversas regiões do país, criou a **Frente Nacional em Defesa da Aposentadoria e dos Direitos Sociais, Sindicais e Trabalhistas**. O movimento realizou um grande Encontro Nacional no dia 25 de março, no Ginásio Mauro Pinheiro, Ibirapuera, em São Paulo, onde reuniu mais de seis mil trabalhadores, jovens da cidade e do campo e cerca de 630 organizações sindicais.

Os participantes do Encontro, além de constituírem o Fórum Nacional de Mobilização Contra as Reformas Neoliberais, aprovaram um Manifesto, que é a base política do Fórum e um Plano de Ação, que tem entre outras bandeiras a luta e a resistência contra as Reformas da Previdência, Sindical e Trabalhista, Universitária e Tributária pretendidas pelo Governo e as Medidas adotadas que afetam os direitos dos trabalhadores (fator previdenciário, projeto da Super-receita, mudança nos critérios para concessão de auxílio doença, etc).

Nota da redação: a **FENAVENPRO** e seus 27 filiados e funcionários desejam ao companheiro Schulte recuperação plena e rápida.

Salário Mínimo

Novo mínimo já em vigor

DESDE 1º DE abril que o salário mínimo passou de R\$ 350 para **R\$ 380**, com aumento de 8,57%. O reajuste corresponde à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), referente ao período de 1º de abril de 2006 a 31 de março de 2007, estimado em 3%, mais aumento real (acima da inflação medida pelo Índice).

O reajuste do salário veio por meio de Medida Provisória, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, de 30 de março. O reajuste foi feito por MP porque o Congresso ainda não aprovou o Projeto de Lei 1/07, de autoria do Poder Executivo, que estabelece uma política constante de reajuste até 2023. Vale lembrar que a mesma situação ocorreu no ano passado, e o reajuste foi feito por MP.

Segundo pesquisa feita pela Agência Brasil, trabalhadores, pensionistas e aposentados avaliaram o reajuste do mínimo em R\$ 30 como insuficiente.

Sindicalistas elogiaram PL 1/07

Os representantes das Centrais sindicais, entre elas a Nova Central dos Trabalhadores disseram que, ao criar uma política permanente de reajuste salarial, a proposta abre espaço para que a agenda sindical seja direcionada para outras reivindicações, entre elas mecanismos de redução da informalidade e a redução da jornada de trabalho.

Deputado pede desarquivamento do Projeto do FST

O **DEPUTADO FEDERAL Arnaldo Faria de Sá** (PTB-SP) enviou à Secretaria Geral da Câmara dos Deputados, no dia 06 de fevereiro passado, Requerimento de desarquivamento do **Projeto de Lei 4554/04** “que trata da regulamentação do Artigo 8º da Constituição Federal e dispõe sobre a organização sindical, e dá outras providências”.

O Projeto, de autoria do deputado Sérgio Miranda (PDT-MG), o qual não foi reeleito, tem diversos co-autores e de acordo com o Parágrafo Único - do Artigo 105 - do Regimento Interno da Casa “a proposição poderá ser desarquivada mediante Requerimento do autor, ou autores, dentro dos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava”.

Faria de Sá comentou a sua decisão: “É de fundamental importância que o **PL 4554/04** volte a tramitar no Congresso Nacional para assegurar as conquistas dos trabalhadores brasileiros”, argumentou o parlamentar.



Conselho fiscal da FENAVENPRO aprova contas da entidade

DE ACORDO COM os Artigos 46 e 47 do Estatuto Federativo e com o Regimento Interno da **FENAVENPRO** os membros do Conselho Fiscal da entidade, acompanhados do contador, se reuniram na Sede da Federação Nacional, centro do Rio, no dia 12 de março, para apreciar os Livros Razão, o Diário e os Balancetes de 1/06/06 a 30/11/06.

O Conselho concluiu que a administração da **FENAVENPRO** cumpre todas as formalidades legais e estatutárias e que no período acima mencionado as contas foram apresentadas com total lisura e transparência.



Os membros do Conselho Fiscal da **FENAVENPRO** - **José Guimarães Alves** (RJ), **Álvaro Nascimento Filho** (PA) e **José da Silva Cordeiro** (SC) - e o contador Jorge Leal verificaram e aprovaram as contas da entidade.

Minas Gerais

sindicato@propagavende.com.br

“Não vale ficar de fora”

É O SLOGAN DA campanha promovida pelo PROPAGAVENDE conclamando e incentivando todos os associados a participar mais ativamente do Sindicato. Para isso, banner foram afixados na Sede.

O presidente da entidade, **Milton Zschaber de Araújo**, afirmou que os diretores procuram sempre fazer o melhor pelas categorias que representam: “É preciso que os propagandistas e vendedores viajantes saiam da condição de meros expectadores e passem a colaborar efetivamente no direcionamento de nossas atividades, de modo a tornar o Sindicato mais eficiente e produtivo”, comentou o líder sindical.

Parabéns pela iniciativa, PROPAGAVENDE!

PROPAGAVENDE fecha convênio com Faculdade

AGORA FICOU MAIS fácil para os associados e dependentes cursar nível superior. O Sindicato fechou convênio com a Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte, com desconto de 10% sobre o valor da mensalidade.

Os candidatos podem optar pelos cursos de Administração, Direito, Pedagogia, Normal Superior, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Sistemas de Informação e Turismo.

PROPAGAVENDE na prevenção de doenças

A SAÚDE DOS associados e dependentes é preocupação constante do PROPAGAVENDE. Entre os cuidados prioritários, a prevenção de doenças, com a realização constante de campanhas de vacinação, “o meio mais eficaz de evitar doenças graves”, alertam os diretores do Sindicato.

“Cuide da saúde de seus filhos”

A Sede do Sindicato recebeu no mês de março os filhos dos associados na faixa etária de 1 a 15 anos. Eles foram imunizados contra varicela e hepatite A.

PROPAGAVENDE & SENAC: parceria que deu certo

DEVIDO À PROCURA por grande número de associados e dependentes do Sindicato, interessados em reciclar e aperfeiçoar seus conhecimentos, o PROPAGAVENDE abriu inscrições grátis para novos cursos: “A arte de falar em público”; “Promotor de Vendas – Repossitor” e “Informática”, ministrados pelo SENAC, uma das mais respeitadas instituições profissionalizantes do País.

Milton Zschaber:

“Os cursos são o passaporte para o ingresso do profissional no mercado de trabalho”, garantiu o presidente do PROPAGAVENDE.

Goiás

secretaria@sindvendas.com.br

Assessores da FENAVENPRO visitam SINDVENDAS

O SINDVENDAS RECEBEU a visita da assessora de comunicação social da FENAVENPRO, **Tania Maria de Oliveira**, e do assessor para assuntos sindicais, **Luiz Edmundo Quintanilha**. Os visitantes ficam bem impressionados com as instalações físicas do Sindicato e parabenizaram o seu presidente, **Paulo Guardalupe**, pela eficiente administração.



Paraíba

sinveprobb@hotmail.com

Confraternização em grande estilo

A DIRETORIA DO SINVENPRO, com patrocínio da “delivery” PRESCRITA MEDICAMENTOS e Hotel Village, em Campina Grande, realizou uma festa de confraternização no final do ano passado, para vendedores e propagandistas da Paraíba, onde reuniu cerca de 200 pessoas.

Além de funcionários do Sindicato, familiares e amigos, o encontro contou também com a presença do diretor do co-irmão da cidade de João Pessoa (SINDIPROVENDAS), Charles de Medeiros e, com Demerson e Marcos Antônio, representantes da PRESCRITA.

O presidente do SINVENPRO, **Valdir Santana da Silva**, garantiu: “Devido ao sucesso do evento, já pensamos em realizar outros, sempre em prol do crescimento do Sindicato e da união dos companheiros”. O sindicalista acrescentou: “Mas para que os nossos sonhos se tornem realidade é fundamental a colaboração de todos os envolvidos nessa caminhada”, conclamou.



Os diretores da patrocinadora do evento comentaram: “Foi muito bom participar dessa confraternização ao lado de pessoas tão alegres e simpáticas”.



A animação tomou conta dos convidados que saíram da festa com gostinho de “quero mais”.

Rondônia

serviprofaro@net.com.br

Eleições sindicais suplementares

O SERVIPROFARO REALIZOU no dia 11 de janeiro do corrente ano eleições sindicais suplementares para preenchimento de vagas de suplentes de diretoria, conselho fiscal e delegado federativo, conforme determina o Art. 35 do Estatuto Social do Sindicato.

Os associados eleitos tomaram posse no dia 13 de janeiro na Sede social do SERVIPROFARO, localizado no Bairro Liberdade, em Porto Velho.



Os empossados **Ro-bespierre César**, **Edmilson Fernandes**, **Charles Nogueira** e **Jacildo Alves** cumprem o mandato com a diretoria atual até 25/08/08.

Propagandista eleito deputado por Rondônia

AS CATEGORIAS DIFERENCIADAS dos vendedores viajantes e propagandistas de produtos farmacêuticos de Rondônia já têm representante na Assembléia Legislativa do Estado. O companheiro **Mauro Rodrigues da Silva** foi eleito deputado estadual pelo PSDB



O presidente da entidade, **Antonio de Oliveira**, está otimista quanto à vitória do propagandista vitorioso nas urnas e opinou: “Agora, sim, teremos um parlamentar que vai legislar em sintonia com as aspirações do SERVIPROFARO, bem como de nossa FENAVENPRO, Confederação e Nova Central”, comemorou o sindicalista.

Mauro Rodrigues visitou a Sede do SERVIPROFARO e afirmou: “As portas de meu gabinete estarão sempre abertas para os colegas levarem suas reivindicações. Contem comigo! acrescentou o parlamentar.

Pará

Quem disse que mulher

não joga “pelada”?

O SINPROFAR COMPROVOU que sim e com muita competência. Na “pelada” promovida pelo Sindicato aos sábados na arena de futebol soçaito do Centro Esportivo Marajoara, as propagandistas paraenses dão show de bola. Após suarem as camisas ainda preparam o churrasco e curtem um pagode.



Times “Cobras e Lagartas”

Rio de Janeiro

Vendedores Viajantes

contato@sindicatodosvendedoresrj.com.br

Cardiologista do VENRIO é superintendente do Rio Transplante

O **CARDIOLOGISTA DO VENRIO**, **Walter Labanca Arantes**, 68, há 29 anos como médico cardiologista do **Sindicato dos Vendedores Viajantes do Comércio do Rio** deixou a direção geral do Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro, por onde passou somente seis meses e assumiu a superintendência do **Rio Transplante**, que deixa de ser uma Central estadual para tornar-se uma superintendência.

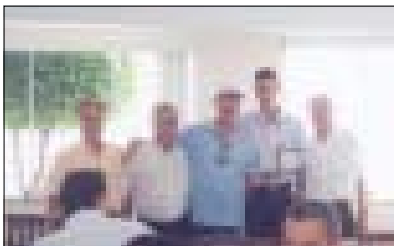
O nome do cirurgião cardiovascular foi indicado pelo secretário estadual de Saúde e Defesa Civil do Rio, Sérgio Cortês, com objetivo de acelerar a fila de pacientes à espera de transplantes no Estado.

Propagandistas de Produtos Farmacêuticos

sinproverj@globo.com

Landrine se despede da propaganda médica

CERCA DE 50 propagandistas de produtos farmacêuticos da Zona Oeste do Rio se reuniram no horário de almoço numa churrascaria em Realengo, no último dia 8 de março, para homenagear o “velho guerreiro” **Henrique Landrine** que emocionado se despediu da indústria farmacêutica.



Landrine agradeceu aos colegas de profissão a placa simbólica oferecida pelo Sindicato da categoria. O presidente do **SINPROVERJ** (à direita) ressaltou: “Além de um grande sindicalista e companheiro de luta, **Landrine** foi um dos maiores talentos da propaganda médica que já conheci”, complementou **Luiz Fernando Nunes**.

EXPROVERJ .18 anos . “A maioria de um ideal”

EM 1986 QUATRO ex-propagandistas - **Leônidas Nicolay, Aylton da Costa, Darcy Ramos e Alynésio Jorge Araújo** – criaram o grupo da Velha Guarda da propaganda médica no município de São Gonçalo, Niterói. Em 1987, o grupo de colegas cresceu e foi criada uma Associação, oficialmente registrada, em 1988, com o nome de **EXPROVERJ**, que em 2006 completou **18 anos** de existência.

O diretor social da entidade e um de seus maiores idealizadores, **Nicolay**, comentou: “O nosso objetivo com a fundação da **EXPROVERJ** é manter os laços de amizade entre os ex-propagandistas, com respeito e solidariedade”.



Os diretores do **SINPROVERJ**, **Deocoeli Storino** e **Tasso Renan**, prestigiaram o almoço de confraternização dos ex-companheiros da indústria farmacêutica promovido pela **EXPROVERJ**.



O ex-presidente do **SINPROVERJ**, **Claudinor Peres**, enaltece **Oscar Neves Teixeira** (**DANSK-FLAMA**), durante a premiação.



O presidente do **SINPROVERJ**, **Luiz Fernando Nunes**, entrega a placa comemorativa ao homenageado **Pedro de Araújo Braz** (**SINFAERJ**).

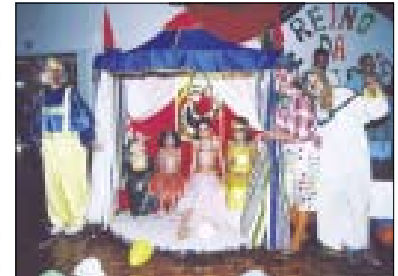
São Paulo

Vendedores Viajantes

secretaria@sindicatodosvendedores.com.br | www.sindicatodosvendedores.com.br

Carnaval 2007: vendedores viajantes vestem a fantasia

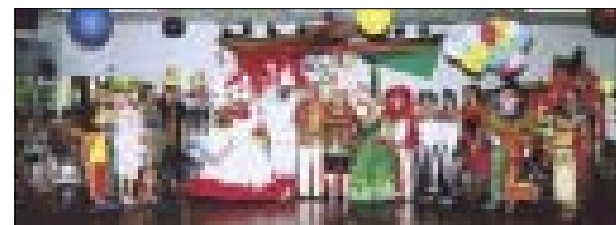
A **COLÔNIA DE FÉRIAS DO SIND VEND**, em Praia Grande, litoral santista, lotou de associados e convidados foliões que aproveitaram os dias de Carnaval para se divertir “**No Reino da Alegria**”, que abriu os festejos no sábado, dia 17/02.



O ponto alto da festa foi o abre-alas confeccionado pelos competentes e dedicados funcionários da Colônia.

A folia animada pelo Rei Momo contou com o tradicional concurso de fantasias para adultos e crianças, categorias Luxo e Originalidade, desfile de blocos carnavalescos e entrega de prêmios aos vencedores.

A Colônia ofereceu também para os hóspedes que não curtem Carnaval outras programações, entre elas jogos e atividades esportivas de várias modalidades, sessões de cinema e música animada por DJ. Para relaxar, teve até meditação orientada por **Jorge Evangelista Lima**, diretor do **Sind Vend**.



O presidente do **Sind Vend**, **Edson Pinto**, entre os destaques da folia organizada pelos diretores do Sindicato.

Propagandistas de Produtos Farmacêuticos

sinprovesp@uol.com.br

SINPROVESP inaugura “Auditório Julio Perazza”

EM HOMENAGEM AO diretor do **SINPROVESP**, **Julio Perazza**, morto em 21 de fevereiro passado, o Sindicato inaugurou o auditório que leva o seu nome. O espaço, com 50 lugares, equipado com projetor de filme (CD e DVD) e cadeiras confortáveis, será utilizado em reuniões, cursos e seminários.



O presidente da entidade, **Sérgio Alves**, comentou que **Perazza** foi referência para o Sindicato e que o seu time sem o “capitão” nunca mais será o mesmo: “O nosso capitão e amigo, que sempre atendia àqueles que tiveram a honra de conviver com ele com educação, carinho e respeito, vai fazer muita falta”. O sindicalista disse ainda que pretende abrir o auditório para os laboratórios realizarem seus eventos e acredita que essa parceria irá valorizar mais a categoria.

O filho de **Perazza**, **Luiz Marcos**, ao descerrar a placa: “Agradeço a diretoria do **SINPROVESP** a bela homenagem dedicada ao meu pai”.

Diretores e funcionários do **SINPROVESP** prestigiaram inauguração do “Auditório Julio Perazza”



Propagandistas discutem Acordo Coletivo 2007

PROPAGANDISTAS DE PRODUTOS farmacêuticos realizaram uma Assembléia na Sede do **SINPROVESP** no dia 5/02 com objetivo de discutir a pauta de reivindicações da categoria para o Acordo Coletivo 2007. O presidente do Sindicato, **Sérgio Alves**, está otimista quanto às futuras negociações com os empregadores: “O nosso objetivo é acertar, tentamos ajustar algumas cláusulas e atualizar outras”, ponderou.

Alagoas

sindeval.alagoas@click21.com.br

SINDEVAL a todo vapor

O **FILIADO DA FENAVENPRO** no Estado de Alagoas está de cara nova. Para oferecer maior conforto aos funcionários e às categorias que representa a diretoria do **SINDEVAL** reformou a Sede Social que conta com móveis novos de escritório e micro-computadores.

Além de cumprir o seu papel social o **SINDEVAL** ofereceu aos vendedores viajantes e propagandistas alagoanos em 2006 diversas atividades de lazer. ■ ■ ■

Responsabilidade Social – Natal Solidário

OS **DIRETORES DO SINDEVAL** – **Cláudio** e **João Carlos** - distribuíram cestas básicas para os moradores e brinquedos para as crianças da Favela do Lixão, periferia de Maceió. ■ ■ ■



Prefeito e vereador de Maceió prestigiam Forró Vende

O **SINDEVAL MANTENDO** as tradições folclóricas do Nordeste realizou no late Clube Pajuçara o **Forró Vende** do vendedor viajante e propagandista, onde compareceram mais de 600 pessoas. O prefeito de Maceió, **Cícero Almeida** (PP), forrozeiro com CDs gravados, animou o encontro e assistiu a apresentação da quadrilha. ■ ■ ■



À esquerda: Vereador **Eduardo Canuto** (PV) ao lado de **João Carlos** e **Francisco**, diretores do **SINDEVAL**, prestigiou o **Forró Vende**.

Integração SINDEVAL e SINDIVESE

O **BOM RELACIONAMENTO** entre os Sindicatos irmãos é um dos objetivos do **SINDEVAL** e pensando nisso a entidade convidou o Time do **SINDIVESE** – Sergipe, para disputar um campeonato amistoso de futebol. E a bola rolou... ■ ■ ■



Time do **SINDIVESE** (convidado)

Entrada do Time do **SINDEVAL** (anfitrião)



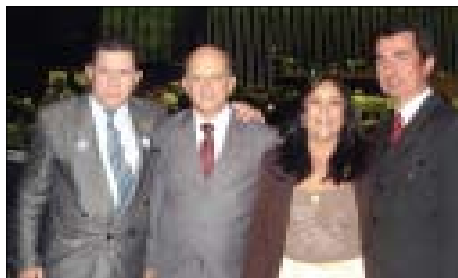
Espírito Santo

seproves@ebrnet.com.br | www.seproves.com.br

Presidente do SEPROVES na Câmara dos Deputados



O presidente do **SEPROVES**, **Enésio Paiva Soares**, acompanhado do presidente do PMDB de Vitória-ES, **Sebastião Pelaes**, visitou o gabinete do deputado federal **Michel Temer** (PMDB-SP) na Câmara dos Deputados, em Brasília, no último dia 7 de março. Na ocasião, o parlamentar articulava a sua reeleição para a presidência do Partido, com vitória garantida na Convenção Nacional realizada no último dia 11 de março. ■ ■ ■



Os capixabas passaram pelo plenário da Casa e cumprimentaram os deputados do Espírito Santo, **Lelo Coimbra** e **Rose de Freitas**, ambos do PMDB, pela vitória no pleito de 2006. ■ ■ ■

Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo



EM VISITA A ALES no mês de março, **Enésio** (à direita), ao lado do governador do Estado, **Paulo Hartung** (PMDB), do deputado estadual **Elion Vargas** (PRP), do presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – Regional ES, **Lauro Queiroz Rabelo** e do senador **Gerson Camata** (PMDB). ■ ■ ■



SEPROVES agradece aos co-irmãos e a FENAVENPRO

O **ATUAL PRESIDENTE** da entidade, **Enésio Paiva**, lembra que muitos entraves foram superados até a fundação do **SEPROVES**, mas com determinação de vários companheiros nasceu o Sindicato: *“Isto só foi possível, graças à dedicação de propagandistas dos Sindicatos co-irmãos de São Paulo Minas Gerais e, principalmente do Rio de Janeiro, que abriram mão da base territorial em prol do Espírito Santo”*, reconheceu o sindicalista. ■ ■ ■

Enésio destacou que em todo o processo de fundação e instalação do **SEPROVES** o apoio da **FENAVENPRO** foi fundamental e lembrou que a entidade nunca deixou de atender as solicitações do Sindicato: *“Além disso, a nossa Federação Nacional vem contribuindo muito para o desenvolvimento e expansão do SEPROVES”*, complementou o líder sindical. ■ ■ ■

Senador Casagrande prestigia aniversário do SEPROVES

O **SENADOR RENATO Casagrande** (PSB) – sentado à frente - com diretores do **SEPROVES** e da **FENAVENPRO**, representada por **Coutinho** e **Guimarães**, comentou: *“Estou muito feliz em participar desta comemoração tão importante para o sindicalismo brasileiro e ao lado de pessoas tão agradáveis e simpáticas. Parabéns SEPROVES e boa sorte!”*, desejou o senador. ■ ■ ■



Vendedor Viajante e Propagandista:

participe do Jornal da **FENAVENPRO**.
jornal@openlink.com.br

Pernambuco

sinvepro@elogica.com.br

SINVEPRO contrata advogado

O **FILIADO DA FENAVENPRO** no Estado de Pernambuco informa que o advogado **Paulo Roberto Florentino Lima** é o novo responsável pelo Departamento Jurídico do **SINVEPRO**. O presidente do Sindicato, **Flávio de Carvalho**, comentou a contratação: *“Acreditamos que pela vasta experiência do profissional em assessorar juridicamente entidades sindicais estamos em boas mãos”*, festejou o líder sindical. ■ ■ ■

Sergipe

“Sem contra-indicação”

É O **TÍTULO** do livro cujo autor, **Sílvio Zelaquett**, é propagandista sergipano do laboratório Sanofi-Aventis. A obra literária lançada em 28/03, na Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea, em Aracaju, esclarece tanto ao público leigo quanto aos profissionais de saúde, aspectos que envolvem o mercado farmacêutico, além de apontar o **propagandista-vendedor** como peça-chave para o que realmente é essencial: a saúde. ■ ■ ■

A **FENAVENPRO** recomenda a leitura.

Alterações Legislativas e Riscos das Contas do FGTS

A EDIÇÃO DA recente **Medida Provisória 349/2007**, que altera a Lei do Fundo de Garantia do Trabalhador (Lei nº 8036/90), trata da aplicação dos recursos que constituem o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)** e as devidas correções monetárias incidentes sobre o saldo destas “aplicações financeiras”.

A **FENAVENPRO** dispõe de uma nova assessoria jurídica, em virtude do falecimento do advogado **Wilson do Rego Monteiro**, em 8/05/2006, que prestou serviços à entidade por 40 anos, com competência, dignidade, honradez e sabedoria.

Hildebrando Barbosa de Carvalho é formado pela UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, desde 1978, com mais de 30 anos de experiência na área sindical. Iniciou sua carreira, ainda como estagiário, no Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio, em maio de 1975 e, em março de 1979, assumiu a assessoria jurídica da CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, onde permanece até hoje.

O advogado atua no Estado do Rio de Janeiro nos Sindicatos dos Empregados de Edifício; dos Cabineiros de Elevador, dos Empregados em Administradoras de Imóveis; dos Trabalhadores nos Parques de Diversões e nas Federações dos Empregados de Turismo e dos Empregados em Estabelecimento de Serviços de Saúde.

Hildebrando é conselheiro da OAB/RJ; vice-presidente da Região Sudeste da ABRAT – Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e diretor da ACAT – Associação Carioca de Advogados Trabalhistas e do Sindicato dos Advogados – RJ.



Aludida MP faz parte do **Pacote de Aceleração do Crescimento (PAC)** anunciado pelo Governo Federal e cria, dentre outras hipóteses, a da aplicação dos recursos do **FGTS** por parte dos trabalhadores. O denominado **Fundo de Investimentos do FGTS**.

O **FI-FGTS** se destina à **aplicação de recursos do trabalhador**, retidos na conta vinculada, em empreendimentos nos setores de energia, rodovia, ferrovia, portos e saneamento, conforme decisão que vier a ser regulamentada pelo **Conselho Curador do FGTS**.

O parágrafo 1º, do artigo 1º, da MP 349/07, dispõe que **“seus investimentos não têm a cobertura de risco de crédito estabelecida no parágrafo 1º, do artigo 9º, da Lei nº 8.036 de 11 de maio de 1990”**.

A MP autoriza ainda a aplicação de R\$ 5 bilhões do patrimônio líquido do **FGTS** para a integralização das cotas do novo Fundo de Investimentos, sob administração e gestão da CEF (órgão gestor do **FGTS**).

Ação Direta de Inconstitucionalidade

Seis Confederações de Trabalhadores ajuizaram Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo tribunal Federal contra a intenção do Governo federal de criar o Fundo de Investimento do FGTS. O Plano faz parte do PAC. As Ações foram impetradas pelo DEM (ex-PFL), Força Sindical e A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito.

As Ações interpostas argüiram a inconstitucionalidade da MP, tanto no campo formal, quanto na esfera material. Formalmente as entidades alegam que ela desrespeitou o artigo 62 da Constituição Federal que trata dos critérios de relevância e urgência para a edição de MPs.

Além de ser desnecessário os princípios e preceitos de relevância e de urgência, que autorizam a edição de MPs, questiona a violação do artigo 7º, inciso III da Constituição Federal, correspondente aos direitos sociais do cidadão, a seguir retranscrito: **“São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”**.

O maior alerta se prende ao risco financeiro da aplicação destes recursos, eis que a gestão deste, cabe ao Governo, sem que este se responsabilize pelos riscos das aplicações que fizer.

O **FGTS** passa a ser, então, um fundo de garantia, sem garantia, ferindo de morte o inciso III do artigo 7º da Carta de 1988, como bem posto na ADI nº 3849.

Com a palavra o Supremo Guardião das Leis da República... E a nossa **FENAVENPRO** continua na luta em defesa dos trabalhadores.



Homenagem

Sindicalista condecorado Comendador

O **CONSELHO DA** Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho – 1ª Região condecorou no grau de Comendador, **Juracy Martins dos Santos**, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, presidente da Federação dos Empregados em Saúde RJ e 1º vice-presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores-RJ.



O sindicalista homenageado serviu ao TRT-1ª Região por 15 anos como representante classista dos trabalhadores. **Juracy** também já recebeu do Tribunal Superior do Trabalho a mesma Comenda pelos serviços prestados a esta Corte superior na condição de ministro classista substituto.

Ao final da solenidade Juracy Martins dos Santos comentou: **“É o salário moral que um trabalhador que sempre levou sua vida seriamente, patrioticamente, para o Brasil se vê prestigiado pela corte trabalhista do Estado do Rio. Eu me sinto muito honrado com isso”**.



O pátio do edifício sede do TRT – 1ª Região, Avenida Presidente Antonio Carlos, 251, centro do Rio, lotou de convidados no dia 8 de março, que foram prestigiar a solenidade de entrega das Comendas.

Seja bem vindo!

O **PRESIDENTE DA FENAVENPRO** ao recepcionar o advogado na Sede da entidade desabafou: **“Não tenho dúvidas que a assessoria jurídica da nossa Federação está em ótimas mãos com o competente Hildebrando, filho de um dos mais ilustres juristas que já conheci: Icamar Alvarenga”**.



Cerimônias de posse das diretorias eleitas de Filiados da FENAVENPRO

Rio Grande do Norte

01/10/2006 a 30/06/2010

“Ao assumirmos um novo mandato, também assumimos novos desafios e um deles é manter o Sindicato mais cidadão, mais representativo e mais interativo”

DESSA FORMA O presidente do **Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado do Rio Grande do Norte, Moacir Machado da Cunha**, deu início a solenidade de posse da diretoria do **SINPROVERN**, em clima de confraternização.

Moacir disse ainda que a entidade vai se manter atenta aos debates no Congresso Nacional e dar prosseguimento à luta contra as nefastas Reformas Sindical e Trabalhista do Governo, que, segundo o sindicalista, visam, além de flexibilizar as leis trabalhistas, precarizar os direitos do trabalhador duramente conquistados ao longo dos anos: *“O ideal é que o Governo estabeleça uma discussão ampla nas bases, antes de pensar em reduzir os nossos direitos”*, ressaltou.

O diretor do SINPROVENCE, Sindicato co-irmão no Estado do Ceará, José Damasceno de Jesus Pinto, representando o presidente da **FENAVENPRO** na solenidade, ficou surpreso com a luta histórica do **SINPROVERN**, marcada pelo trabalho incansável executado pela diretoria da entidade, em prol dos vendedores e propagandistas do Rio

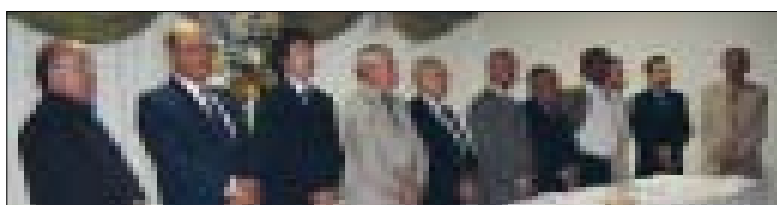


Diretoria eleita do **SINPROVERN**:

“Ainda sensibilizados pelas manifestações de carinho, sem dúvida, que a nossa posse foi um momento marcante e histórico, para as categorias que representamos”.

O médico Francisco Teixeira elogiou o salutar relacionamento entre propagandistas e médicos e manifestou a sua insatisfação com o Governo Lula, ao repudiar a política neoliberal: *“A recente reeleição do presidente, anuncia mais dificuldades para o sindicalismo nacional e, em particular para o trabalhador, devido às perdas irreversíveis previstas nas Reformas Sindical e Trabalhista”*. O representante do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte acrescentou, que a finalidade do governo é acabar com as entidades sindicais ordeiras e enfraquecer as categorias diferenciadas, flexibilizando direitos adquiridos pela classe trabalhadora.

*“O **SINPROVERN** é um só, mas, de todos os vendedores viajantes e propagandistas do Estado. Por isso, precisamos manter a união, para ecoar cada vez mais forte a sua voz”* desabafou emocionado, **Moacir Cunha**, presidente do **Sindicato**.



Componentes da mesa: **Moacir Cunha (SINPROVERN)**; **José Damasceno (SINPROVENCE-CE)**; **Francisco Torres Teixeira (Sind. dos Médicos do Estado do RN)**; **Nataniel Vaz Costa (SINDIVESE)**; **Pedro Ricardo Filho (CNTI e NCST)**; **Joaquim Bezerra de Menezes Neto (FTIRN-RN e NCST)**; **Alex Manguinho (SCAVRRN)**; **Flávio de Carvalho Silva (SINVENPRO)**; **Rogério Barbosa (SINDIPROVENDAS-João Pessoa)**; **Aldemir Calixto de Souza (NCST e SCAVRRN)** e **Francisco de Assis Oliveira (Suplente deputado estadual / RN)**.

Pará

01/12/2006 a 01/12/2010

“É um privilégio continuar a frente de uma entidade de classe que conta com diretores competentes e incansáveis”

A **AFIRMAÇÃO É** de **Álvaro Nascimento Filho**, presidente reeleito do **Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado do Pará** em seu discurso durante a solenidade de posse realizada numa casa de eventos, em Belém, no dia 1º de dezembro do ano passado.

Juntamente com a diretoria anterior **Álvaro** demonstrou capacidade administrativa e sensibilidade no trato de questões sindicais e em nenhum instante de sua gestão decepcionou a categoria que representa, ao contrário, consolidou o **SINPROFAR**.

A nova equipe do Sindicato, junto a **FENAVENPRO** e aos Poderes públicos, disse que vai dar continuidade à luta em defesa dos direitos dos propagandistas de produtos farmacêuticos paraenses: *“O **SINPROFAR** está atento aos problemas que afligem a classe trabalhadora, em especial a categoria que orgulhosamente representamos”*, ressaltou o presidente reeleito.



Para o quadriênio 2006/2010 a nova diretoria do **SINPROFAR** prometeu: *“Tentaremos buscar solução para as reivindicações da categoria e acrescentar novas conquistas”.*

O presidente reeleito do **SINPROFAR** (à esquerda) ao receber a credencial do presidente do SINDVENDAS – co-irmão de Goiás, Paulo Guardalupe, salientou: *“Além das atuações políticas do Sindicato estamos empenhados em aproximar a nossa classe”*, complementou **Álvaro Nascimento**.



A cerimônia animada pela Banda Canon contou com a presença de mais de 90% dos propagandistas do Estado do Pará, além de familiares e amigos.

Internacional

As Normas Fundamentais do Trabalho na Argentina

A **CONFEDERAÇÃO SINDICAL Internacional** publicou no ORIT info, de 15/02/2007 – boletim informativo bimensal da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores - as falhas existentes na **Argentina** quanto à aplicação e o cumprimento das normas fundamentais do trabalho, principalmente as relativas à liberdade sindical, à negociação coletiva e ao direito de greve.

Segundo revelação da **CSI**, na Argentina pode se outorgar direitos sindicais apenas ao Sindicato mais representativo de determinado setor e dentro de uma área geográfica específica, um fato que a Comissão de Especialistas na Aplicação de Convênios e Recomendações da OIT criticou. Esse organismo criticou também a pouca tolerância do País quanto às paralisações de atividades.

O novo estudo da **CSI** mostra que na **Argentina** continua a discriminação contra as mulheres, as pessoas com deficiência e as populações indígenas, e ressalta: “O trabalho infantil continua muito difundido”.

O informe além de fazer uma série de recomendações, formula conclusões dirigidas ao Governo argentino, para que se corrija a falta de cumprimento às recomendações da OIT assim como a adoção de políticas eficazes para combater os problemas relativos aos direitos sindicais, discriminação, trabalho infantil e tráfico de pessoas, que, freqüentemente acontecem nesse país.

ORTI Info - agrupa 33 Confederações e Centrais de trabalhadores e trabalhadoras de 29 países da Região Americana [www.cioslorit.org]

UNI-Américas recebe \$ 6 milhões para capacitar trabalhadores

O **TRABALHO DE** desenvolvimento sindical da **UNI-Américas** conta agora com um montante de **\$ 6 milhões** para capacitar os trabalhadores e seus Sindicatos no mundo.



O chefe do Departamento **UNI Desenvolvimento e Regiões, Raúl Requeña**, informou na edição de fevereiro do Boletim da **UNI** que a verba beneficiará mais de 100 projetos nos próximos dois anos: “Nosso objetivo é ajudar a mudar a direção da globalização, com objetivos claros e resultados de qualidade

que dêem mais poder e capacidade aos trabalhadores para lutarem por melhores condições”.

raul.requeña@uniglobalunion.org

Evento

“Construindo juntos nosso futuro”

É O **LEMA** da **2ª Conferência Regional da UNI-Américas** que aconteceu em Mar Del Plata, Argentina, de 21 a 23 de março, com objetivo de debater o cenário político-sindical das Américas. Previamente à Conferência foram organizados vários outros eventos, entre eles Reuniões dos Comitês Regionais de Mulheres, de Jovens, do Conselho Diretivo Regional, do Comitê Executivo Regional e entrega de Moções e Relatórios.

De acordo com o vice-presidente da **UNI-Américas - Sector Agentes Viajeros** e também presidente da **FENAVENPRO, Edson Ribeiro Pinto**, a entidade tem um ambicioso programa de ação que engloba a democracia, a liberdade e a integração econômica; criação de empregos; regras obrigatórias para as multinacionais; respeito pelos direitos humanos e sindicais e o direito à seguridade social, à saúde, e aos fundos de pensões.



Além disso, complementou **Edson**, “a **UNI-Américas** tem por missão defender os interesses, o crescimento, o desenvolvimento e o fortalecimento das suas 24 afiliadas, que representam cerca de 550.272 membros”. O sindicalista ressaltou que a entidade tem em seus mais apreciados valores o sindicalismo democrático e autônomo.

Delegação da FENAVENPRO

Carlos Giacoboni (SIVEVI)
Edson Ribeiro Pinto (Sind Vend)
José Guimarães Alves (FENAVENPRO)
Olimpio Coutinho (FENAVENPRO)
Paulo Abdalah (SINPROVERGS)

A delegação da **FENAVENPRO** prometeu colocar em prática as Resoluções da Conferência e apoiar as iniciativas da **UNI-Américas** no sentido da organização sindical dos trabalhadores.



A participação de mulheres e jovens nas delegações das Organizações filiadas aumentou significativamente.

A Regional da **NCST** no Estado do Rio de Janeiro completou um ano em 3/11/06 e mesmo sem a cobertura da grande imprensa continua promovendo diversas atividades e na luta em defesa da classe trabalhadora.

Confira no ano que se inicia o reconhecimento desse trabalho documentado nas reportagens do Jornal da **FENAVENPRO**.

8 de março: Dia Internacional da Mulher NCST-RJ homenageia as mulheres

O **APOIO** E o engajamento da **Nova Central Sindical de Trabalhadores -RJ**, para consolidar direitos da mulher trabalhadora foram reafirmados na reunião especial realizada pela entidade na passagem do **Dia Internacional da Mulher** - comemorado em **8 de março**.



Sindicalistas lotaram o auditório da Sede da **NCST-Rio**, Centro da cidade, demonstrando que são parceiros na luta pela igualdade da mulher e contra o preconceito.

As mulheres foram unânimes em afirmar que estão tão bem preparadas quanto os homens para ocupar cargos executivos, mas reconhecem que ainda precisam conquistar espaço de poder nas instituições políticas e igualdade de salários no mercado de trabalho.

“No Brasil, temos tido alguns avanços e entendemos que a sociedade brasileira não pode conviver mais com a população feminina sendo discriminada seja pelos namorados, pelos companheiros ou pelos “chefes”, desabafaram as homenageadas.

Lei Maria da Penha

Desde o ano passado que a **Lei Maria da Penha (nº 11.340 de 7/08/06)** - reproduzida numa Cartilha editada pela Secretaria da Mulher da Nova Central e distribuída aos convidados do evento - serve de instrumento valioso de defesa para todas as mulheres submetidas à violência, seja física ou psicológica, que se materializa em assédio sexual, maus tratos, estupros, assassinatos e outras formas de desrespeito a mulher no lar, no local de trabalho, ou nas ruas.

*“Para nós é fundamental que as organizações sindicais comprometam-se a incluir em suas agendas de trabalho a luta contra a discriminação do sexo feminino”, comentou **Sebastião José da Silva**, presidente da **NCST-Regional Rio**.*



A diretora da **NCST-RJ** para Assuntos da Mulher, **Maria Helena Santos**, deu um giro pela história político-social da mulher em nível nacional e internacional e relembrou o episódio que transformou a data no Dia Internacional da Mulher: *“Em 8 de março de 1957, operárias foram queimadas dentro de uma fábrica de tecidos, no Estados Unidos, porque reivindicavam melhores condições de trabalho”.*



A convidada especial do evento **Olga Amélia** - presidente da Federação de Mulheres do Estado do Rio de Janeiro - falou entre outros temas sobre a condição profissional das mulheres e seus direitos, citou exemplos de mulheres que foram vítimas da violência e sofreram exploração sexual no País e destacou a discriminação sofrida pela operária negra.



A mesa foi composta pelas sindicalistas **Solange Manoelina Fernandes** (servidores de Resende); **Vitória Maria da Silva** (contabilistas-RJ); **Maria Helena Santos** (agentes autônomos do comércio); **Maria Bernadete dos Santos** (operadores de telemarketing-RJ); **Olga Amélia Soares Telles** (Federação das Mulheres-RJ) e pela jornalista **Tania Maria de Oliveira**.



A jornalista **Tania Maria de Oliveira**, assessora de comunicação social da **FENAVENPRO** destacou as conquistas da mulher século XXI e ressaltou: *“O preconceito que ainda enfrentamos anula as possibilidades de alcançarmos a nossa emancipação em sua total plenitude”.*

NCST-Rio recebe secretário de Trabalho do Estado

O **SECRETÁRIO ESTADUAL** de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro, deputado **Alcebiades Sabino**, foi recebido pela **Nova Central Sindical de Trabalhadores-RJ**, em sua Sede, Centro da cidade, no dia 27 de março, para expor seu plano de trabalho à frente da Secretaria cuja missão é definir, formular, implementar políticas públicas de emprego, trabalho e geração de renda no Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião ele garantiu aos sindicalistas: *“As portas estarão sempre abertas para receber os senhores e todos os trabalhadores que levarem as suas reivindicações, sugestões e críticas”*, salientou.

Otimista e com o apoio do Governador Sérgio Cabral o secretário pretende revitalizar com urgência as Unidades de Atendimento das 46 Agências de Trabalho e Renda do Rio que segundo ele *“estão literalmente caindo aos pedaços”*. **Sabino** disse ainda que vai se empenhar em festejar o 1º de maio com a grandeza daquelas comemorações que não ocorrem há mais de 20 anos: *“Pretendo levar à Quinta da Boa Vista milhares de trabalhadores e suas famílias para resgatar aqueles encontros que ficaram gravados em nossas mentes”*, finalizou.

A matéria contou com a colaboração de **Maria Helena Santos**



Sabino ouviu os apelos de **Olimpio Coutinho**, diretor da **FENAVENPRO**, confiante no bom desempenho do secretário: *“Estamos cansados de boas intenções. Esperamos que os compromissos assumidos pelo senhor com os trabalhadores sejam cumpridos”*.



Sindicalistas pediram ao secretário que conceda a **Nova Central** o mesmo espaço que é dado a CUT e outras Centrais.

O **Dia Internacional da Mulher** é comemorado em **8 de março**. Nessa data, em 1857, operárias fizeram protesto em uma fábrica em Nova Iorque por melhores salários e condições de trabalho. Em 1910, na Dinamarca, o **8 de março** também foi consagrado às mulheres.

Em 1975 a ONU reconheceu a data como importante não apenas para celebrar, mas também marcar o que aconteceu e reforçar a luta da mulher, que já conta com muitas vitórias e conquistas, mas que ainda tem pela frente muitos desafios.

Mulheres recebem homenagem no Congresso Nacional

COMPROMISSO DA CÂMARA e do Senado com a emancipação feminina no Brasil, por meio de mudanças na legislação, e o apoio a ações para consolidar direitos da mulher foram reafirmados na abertura das sessões solenes das duas Casas.

Os parlamentares em seus discursos de homenagem às mulheres destacaram a luta pelos direitos femininos e como desafio o combate à exploração sexual, a discriminação e a violência.

Câmara de Deputados

As comemorações na Câmara do **Dia Internacional da Mulher** foram marcadas pela entrega do **Diploma Mulher Cidadã a Carlota Pereira de Queirós**, homenagem à primeira deputada brasileira. Os prêmios foram entregues pelo presidente da Casa, Arlindo Chinaglia.

Receberam os diplomas Miriam Tsibodowapré, a **Miriam Terena**, líder indígena responsável pela criação da primeira Organização de Mulheres Indígenas do País; **Ana Maria Rizzante Galazzi**, missionária católica italiana radicada no Brasil desde 1977 que atua na Comissão Pastoral da Terra do Amapá; Irmã Louis Marie de Jesus Sagesse, a **Irmã Marie**, nascida na Bélgica, freira da Congregação das Filhas da Sabedoria e atua na área de ação social, em favor dos pobres de São Paulo; ministra **Ellen Gracie**, presidente do STF e a biofarmacêutica **Maria da Penha**, vítima de violência doméstica cujo caso deu origem à Lei que leva o seu nome.

Senado Federal

As mulheres também foram homenageadas no Senado, onde houve sessão solene e a entrega do **Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz** a cinco destaques na luta pelos direitos femininos e em defesa da cidadania. As premiadas foram **Ivana Farina Navarrete Pena**, **Maria Yvone Loureiro Ribeiro**, **Moema Libera Viezzer**, **Sueli Batista dos Santos** e **Beatriz Moreira Costa**.

A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e coordenada pela senadora Serys Shessarenko (PT-MT).

Primeira mulher para o Superior Tribunal Militar

A **PRIMEIRA MULHER** a integrar o **Superior Tribunal Militar**, **Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha**, é doutora em Direito Constitucional pela Universidade federal de Minas Gerais, professora universitária e trabalhou na assessoria jurídica da Casa Civil. Ela foi indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo no dia 7 de março, véspera do **Dia Internacional da Mulher**.

“A igualação entre homens e mulheres, imperativo constitucional e paradigma da equidade, já ganhou dimensão maior na consciência coletiva na nação”, disse a ministra, em seu discurso de posse no dia 27 de março passado.

A ministra ocupará a vaga aberta pela aposentadoria de Antonio Carlos de Nogueira, em 2005. Ao lado dos outros 15 ministros vitalícios, nomeados pelo presidente da República, **Maria Elizabeth** vai julgar militares das Forças Armadas e civis que venham a cometer crime militar.

O **STM**, que completará 200 anos no ano que vem, era o único Tribunal Superior sem uma ministra. A primeira nomeação feminina para um TS ocorreu em 1990, para o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

“Mulheres unidas podem mudar a história”

Lei Maria da Penha nº 11.340, de 7.08.06, coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.



FOTO: SITE STM/RUBENS TEODORO

“Secretaria de Trabalho do Rio fechada com a NCST.”

A **AFIRMAÇÃO É** de **Alcebíades Sabino** (PSC), secretário estadual de Trabalho e Renda do Estado Rio de Janeiro, durante audiência na Sede da Secretaria, centro da cidade, no dia 15 de março último, com nove lideranças sindicais representantes de trabalhadores dos setores de alimentação, comércio, construção civil, saúde, transportes terrestres, vigilantes, vendedores viajantes do comércio e propagandistas de produtos farmacêuticos.

Na ocasião **Sabino** manifestou interesse na parceria entre a Secretaria e a **Nova Central** posição que tranquilizou os sindicalistas, já que segundo eles “em gestões anteriores não houve diálogo”. Ele disse ainda que o objetivo é ampliar o número de membros da Comissão Estadual de Emprego que hoje conta com seis vagas distribuídas entre a CGT, CUT e Força Sindical e seis empresários da FIRJAN, FIESP, etc.: “Estou aberto a novas idéias e propostas que de fato venham enriquecer a Comissão”, frisou.

O secretário lembrou ainda que o cadastramento para instituições que desejam dar cursos de capacitação profissional relativos ao Plano Territorial de Qualificação (Planteq) vai até 18 de maio e que o objetivo é garantir a empregabilidade dos trabalhadores em todo o Estado do Rio.

Mais informações acesse www.trabalho.rj.gov.br



Os sindicalistas demonstraram preocupação com a falta de fiscalização da Secretaria aos direitos trabalhistas dos terceirizados, mas **Sabino** garantiu que a tendência do Governador do Rio é acabar com a prática transferindo os “cooperados” para seletistas.



O secretário **Alcebíades Sabino** revelou: “Não encontro justificativa para que nenhuma Central sindical fique de fora da Comissão. Por conta disso, até me comprometo a ser o advogado da Nova Central para a sua inclusão”.

Destaque

Justiça de Rondônia reconhece vínculo empregatício de vendedores viajantes



O presidente do **SERVIPROFARO** lamentou: “Se nossas representações estaduais não abrirem o olho, brevemente estará extinta a categoria diferenciada de vendedores viajantes ou praticistas, reconhecida na Lei 3.207, de 18 de julho de 1957”.

879 da CLT.

Os empregados admitidos na **Telmar**, na função de vendedores externos, com salários a base de comissões de 7% sobre as vendas efetuadas, foram demitidos sem justa causa, além da empresa não assinar os contratos de trabalho e nem quitar os direitos trabalhistas garantidos na CLT.

SERVIPROFARO recorre à Justiça do Trabalho

O presidente do **Sindicato dos Vendedores Viajantes de Rondônia, Antonio de Oliveira**, disse a reportagem do **Jornal da FENAVENPRO**, que algumas empresas localizadas no Estado, amparadas na Lei nº 4.886, de 9/12/65, vem tentando enquadrar os vendedores viajantes como representantes comerciais autônomos, prática que o **SERVIPROFARO** não admite: “Quando casos lamentáveis deste tipo acontecem por aqui recorremos logo a Justiça do Trabalho para o reconhecimento do vínculo empregatício do trabalhador nos termos do Art. 3º da CLT”, complementou **Antonio de Oliveira**.

O sindicalista ressaltou que com intuito de burlar a legislação trabalhista brasileira a **Telmar**, por conta própria, constituiu empresa prestadora de serviços, denominada Fox Fire Representações Ltda – ME, registrada no município de Ji-Paraná, Porto Velho. Segundo **Oliveira** tanto a 4ª Vara do Trabalho quanto o TRT consideraram a empresa de “fachada” decretando nula a sua criação.

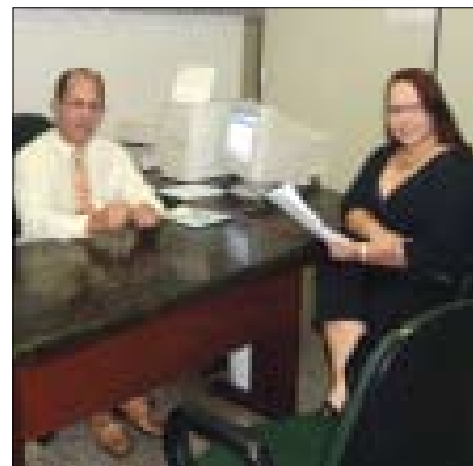
SINDVENDAS-Goiás vence ação trabalhista contra laboratório Roche

APÓS QUASE DEZ anos de batalha judicial iniciada em 7/08/1997 o **Sindicato dos Vendedores Viajantes do Comércio e Propagandistas de Produtos Farmacêuticos no Estado de Goiás** venceu ação reclamationária trabalhista movida por Arnaldo Ferreira de Araújo e Luiz Donizete Mendes, contra **Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S/A**. O laboratório teve que pagar aos seus ex-empregados as indenizações devidas

O presidente do **SINDVENDAS, Paulo Guardalupe** comentou o fato: “A empresa demitiu injusta e abruptamente os funcionários, em total desrespeito às suas estabilidades sindicais, visto que ambos faziam parte da diretoria eleita do Sindicato”, complementou.

O líder sindical não poupou elogios à assessoria jurídica do **SINDVENDAS**, em especial a **Joaquim José Machado** à frente na condução do processo: “Mesmo diante do poderio técnico e econômico da multinacional, a qual não mediu esforços para fugir de suas responsabilidades, até mesmo no sentido de eternizar a finalização do processo, o advogado sempre demonstrou zelo e competência”, ponderou **Guardalupe**.

O sindicalista reconheceu ainda a intervenção competente e dedicada junto ao processo do advogado **Leonardo Silva**, constituído pela **FENAVENPRO** para acompanhar os processos oriundos de seus 27 Filiados, em grau de recurso perante o TST.



No departamento jurídico do **SINDVENDAS** os advogados, **Joaquim José** e **Herine Gleicy** comemoram a vitória da ação trabalhista movida contra o laboratório Roche.

PAC - Programa de Aceleração de Crescimento

Previsão de investimentos: R\$ 503,9 bilhões até 2010

Recursos do orçamento: R\$ 67,8 bilhões (empresas federais estatais) e R\$ 436,1 bilhões (setor privado)

CNTTT questiona no Supremo a extinção da Rede Ferroviária

LANÇADO O PROGRAMA de Aceleração do Crescimento (PAC), em 22 de janeiro, todas as atenções se voltaram para a Medida Provisória que utiliza recursos do FGTS para infra-estrutura, mas deixaram de lado a **MP 353/07**, que extingue a **Rede Ferroviária Federal S.A.**

Aparentemente sem apelo para a população, o fato é que a extinção da **RFFSA** causará, segundo estudos técnicos da Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários (Faef), “prejuízos de **R\$ 6 bilhões** para o país”.

CNTTT propõe inconstitucionalidade de MP

A **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres** ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (**ADI 3871**) contra a edição da **Medida Provisória 353/07**, que dispõe sobre o processo de liquidação e a extinção da **RFFSA**.



O presidente da **CNTTT**, **Omar Gomes**, comentou: “Por trás da **RFF** há milhares de trabalhadores, gente que dedicou e dedica sua vida à empresa e depende dela para sobreviver”.

artigo 37, caput da Carta Magna.

“A extinção da empresa gerará prejuízos e transtornos sociais incalculáveis”, comentou o presidente da **CNTTT**, **Omar José Gomes**, que foi mais além: “Há a gestão de aposentadorias e pensões, cuja **RFFSA** é responsável pela complementação salarial de quase 100 mil benefícios em todo o Brasil”.

A **CNTTT** pede ainda cautelar para o restabelecimento do status da **RFFSA** e a decretação do arresto de bens e créditos da empresa até o julgamento final desta ação, o seqüestro judicial da documentação que retrata o ativo e o passivo da

companhia e manter íntegros e reunidos os acervos da **RFFSA** e seu pessoal, até o julgamento desta **ADI**. A Ação foi distribuída para a relatoria do ministro Eros Grau.

Fonte: site da **NCST**

Centrais Sindicais apresentam propostas para o desenvolvimento do país

SETE CENTRAIS SINDICAIS apresentaram no dia 4 de abril passado um documento com mais de 150 propostas para o desenvolvimento do país. Em linhas gerais, o texto, de 37 páginas, defende o desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, sustentabilidade ambiental e valorização do trabalho.

As medidas prevêm, dentre outras, a manutenção do processo de valorização do salário mínimo em longo prazo por meio de aumentos reais; metas para a geração de empregos; redução das taxas de juros para a diminuição do endividamento público; e participação de movimentos sociais nas instâncias de decisão de política pública, como nas agências reguladoras.

A divulgação das propostas faz parte de um movimento das centrais chamado **Jornada pelo Desenvolvimento**, que pretende elaborar permanentemente uma agenda propositiva do movimento sindical para o desenvolvimento do país.

O diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), um dos órgãos que coordenou a elaboração do documento, **Clemente Ganz Lúcio**, destaca o combate à desigualdade social como uma das linhas mestras do documento: “Por um lado, a desigualdade em si é um impeditivo para desenvolvimento. Ou seja, a gente não sai da situação desse país subdesenvolvido se não enfrentarmos a questão da desigualdade”. **Ganz Lúcio** acrescentou que a decisão das Centrais de elaborar em conjunto o documento foi tomada após a experiência positiva de negociação do salário mínimo.

A agenda dos trabalhadores foi discutida em 15 encontros de representantes da Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, **Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST)** e Social Democracia Sindical (SDS).

Os sindicalistas pretendem levar a agenda para a apreciação do presidente da República, do Congresso Nacional e da iniciativa privada e pretendem debater as propostas com os trabalhadores.

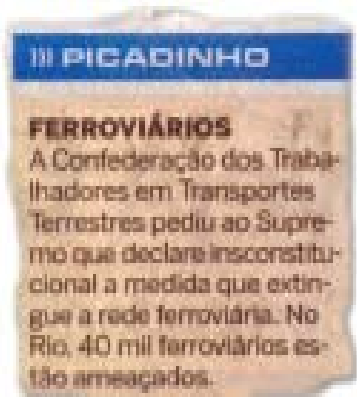
Um site deve ser criado para facilitar o acesso público a todas as propostas.

Fonte: Agência Brasil

Plenário da Câmara extingue RFFSA

O Plenário aprovou no último dia 30 de março a Medida Provisória 353/07, que extingue a Rede Ferroviária Federal S/A e transfere seus imóveis operacionais ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A MP faz parte do PAC - Programa de Aceleração do crescimento deve ser votada ainda pelo Senado.

Para a **CNTTT** a inconstitucionalidade tem como fundamentos entre outras questões a ausência dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, exigidos pelo artigo 62, da Constituição Federal e o desrespeito flagrante aos princípios constitucionais que regem a administração pública constantes do



Detalhe de nota publicada no jornal **O Dia**, coluna Dacio Malta em 29/03/07

Reunião de diretoria FENAVENPRO



O **ASSUNTO EM** destaque na reunião de diretoria da **FENAVENPRO**, realizada na Sede da entidade, em 13 de março, foi o Projeto de Lei do Senado 248/06, do senador Paulo Paim (PT-RS), que regulamenta o desconto da contribuição assistencial destinada ao financiamento das negociações coletivas dos Sindicatos.

Os diretores demonstraram preocupação com a tramitação do Projeto no Senado que já tinha sido aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo. Mas diante de um Recurso assinado por 12 senadores, atendendo solicitação da Confederação Nacional do Comércio, o PLS vai à votação no Plenário da Casa.

